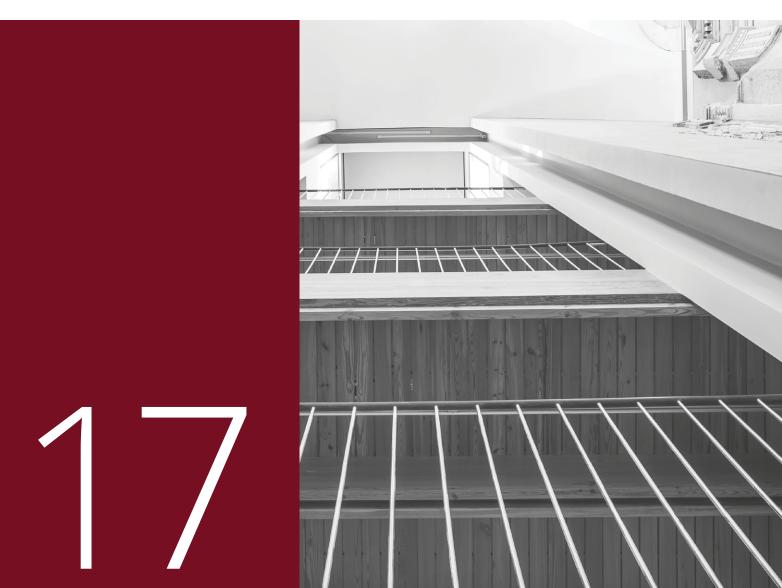
ANÁLISE DO SETOR DO TURISMO

Estudos da Central de Balanços

Outubro 2014





17

ANÁLISE DO SETOR DO TURISMO

Estudos da Central de Balanços Outubro 2014



Lisboa, 2014 · www.bportugal.pt

Índice

1. Introdução 11
2. Estrutura e dinâmica 12
2.1. Estrutura 12
2.2. Concentração 16
2.3. Dinâmica 17
3. Análise económica e financeira 19
3.1. Enquadramento 19
3.2. Atividade e rendibilidade 19
3.2.1. Volume de negócios 19
3.2.2. Custos da atividade operacional 21
3.2.3. <i>EBITDA</i> 22
3.2.4. Rendibilidade 22
3.3. Situação financeira 25
3.3.1. Estrutura financeira 25
Caixa 1 Empréstimos bancários 28
3.3.2. Custos financeiros e solvabilidade 31
3.3.3. Financiamento por dívida comercial 32
Caixa 2 A relevância do Turismo na Balança de Pagamentos portuguesa 34
ANEXO 39
Principais indicadores do Setor do Turismo 41
Síntese metodológica 42

Nota prévia

No início de outubro, o Banco de Portugal incorporou na compilação e produção de estatísticas, as alterações introduzidas pelas revisões dos manuais metodológicos internacionais, designadamente, do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010). A principal alteração no setor das Sociedades Não Financeiras (SNF) prende-se com a delimitação do respetivo universo, dada a reclassificação de algumas entidades que pertenciam ao setor das SNF nos setores das sociedades financeiras e das administrações públicas.

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, de uma só vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2013, os mais recentes à data desta publicação.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação contabilística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados. No âmbito dessa análise, é também efetuado o confronto com os dados obtidos através de outros sistemas de estatísticas da responsabilidade do Banco de Portugal.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa à dívida financeira das empresas em Portugal disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, nomeadamente a Central de Responsabilidades de Crédito (CRC).

Sumário

Para efeitos do presente estudo, o setor do *Turismo* inclui as empresas a operar nas atividades dos "Transportes e logística", "Alojamento e restauração" e "Atividades recreativas e culturais", representando, em 2013, 13% do número de empresas, 5% do volume de negócios e 10% do número de pessoas ao serviço do total das Sociedades Não Financeiras (SNF) em Portugal. Na última década, o peso do setor em estudo aumentou em todos os indicadores considerados, com destaque para o número de pessoas ao serviço (+2 p.p.).

Em 2013, o segmento do "Alojamento e restauração" detinha 71% do número de empresas e 75% do número de pessoas ao serviço, enquanto os "Transportes e logística" absorviam a maior parcela de volume de negócios (45%). Por seu turno, as "Atividades recreativas e culturais" concentravam a maior proporção de Empresas de Elevado Crescimento (EEC) (11%).

O setor é maioritariamente constituído por microempresas (92%), embora as grandes empresas, mesmo só representado 0.1% do total, tenham sido responsáveis por 41% do volume de negócios em 2013. Comparativamente com a empresa média em Portugal, a empresa média do setor do *Turismo* é de menor dimensão.

No que respeita aos indicadores de atividade, o volume de negócios cresceu 3% em 2013, comparando favoravelmente com a evolução marginalmente positiva verificada no agregado das empresas não financeiras em Portugal. A inversão do comportamento da procura interna terá sido determinante para este crescimento.

A evolução conjugada dos rendimentos e gastos operacionais determinou um aumento de 18% no *EBITDA* do setor do *Turismo*, superando os 12% verificados para o total das SNF. Contudo, metade das empresas do setor do *Turismo* teve um resultado operacional negativo, comparando desfavoravelmente com o registado pelas SNF (36%). O crescimento do *EBITDA*

refletiu-se na melhoria da rendibilidade dos capitais próprios do setor do *Turismo* em 2013, ainda que esta se tenha mantido negativa (-7%, que compara com 3% do agregado das SNF).

A rendibilidade do setor do *Turismo* é afetada negativamente pela elevada dependência de capital alheio para financiamento da atividade. Com efeito, o nível médio de autonomia financeira do setor do *Turismo* (25%) comparava negativamente com o do agregado das SNF (30%), revelando uma proporção inferior de capitais próprios a financiar a atividade das empresas. Os empréstimos bancários constituíam a principal fonte de capital alheio (36%, mais 8 p.p. do que nas SNF) em 2013.

Em resultado da elevada proporção de capital alheio, a pressão financeira (medida pelo peso dos juros no *EBITDA*) no setor do *Turismo* (40%) foi superior à registada no agregado das SNF (30%). No setor em análise, 55% das empresas com dívida financeira não conseguiram gerar *EBITDA* suficiente para o pagamento dos juros. Este indicador foi particularmente elevado no caso das microempresas (59%) e no segmento do "Alojamento e restauração" (62%).

A informação disponível para 2014, compilada pela Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, mostra que o crédito concedido ao setor do *Turismo* pelo setor financeiro residente diminuiu 1% no primeiro semestre de 2014, comparando favoravelmente com o verificado nas SNF (redução de 2%). O nível de incumprimento no setor atingiu os 10% no final do primeiro semestre de 2014 (menos 4 p.p. face ao registado pelas SNF), o que representa um acréscimo de 1 p.p. face ao final do ano de 2013.





ANÁLISE DO SETOR DO TURISMO

- 1. Introdução
- 2. Estrutura e dinâmica
- 3. Análise económica e financeira

1. Introdução

O Estudo Análise do Setor do Turismo avalia a situação económica e financeira das empresas pertencentes ao setor do Turismo, tendo por base a informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal¹. O setor do Turismo compreende, para efeitos desta publicação, as Sociedades Não Financeiras (SNF)² a operar nas atividades de "Transportes e logística", "Alojamento e restauração" e "Atividades recreativas e culturais".

A análise incide essencialmente sobre o período 2009-2013, com base na Informação Empresarial Simplificada (IES), sendo o primeiro semestre de 2014 analisado sempre que exista informação que permita providenciar detalhe adicional, nomeadamente no que diz respeito ao financiamento por empréstimos bancários e operações com o exterior.

Neste estudo procura-se caraterizar o setor do *Turismo* quanto à dispersão dos resultados obtidos pelas empresas³ que o compõem, para um conjunto de indicadores selecionados. Para o efeito, apresentam-se resultados sobre a distribuição dos dados das empresas do agregado, os quais possibilitam uma análise alternativa à dos indicadores médios do setor e oferecem medidas isentas das distorções provocadas por eventuais valores extremos. Adicionalmente, analisam-se os contributos dos vários segmentos de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados do setor.

A análise inicia-se com uma caraterização do setor do *Turismo*, onde é avaliada a estrutura do setor, a concentração do mercado e a dinâmica empresarial. De seguida, analisa-se a evolução recente do volume de negócios e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas pelas empresas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas, procurando também fornecer alguma informação sobre a respetiva capacidade de solvência.

Em Anexo, apresenta-se um quadro-resumo com os principais indicadores e uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados ao longo do Estudo. No sítio do Banco de Portugal na internet encontram-se também disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

Nesta publicação apresentam-se também resultados comparados para o setor do *Turismo* e para o agregado das SNF em Portugal. Para um maior detalhe sobre o setor das SNF, pode ser consultado o Estudo da Central de Balanços | 13 - *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2012-2013*, de novembro de 2013.



2. Estrutura e dinâmica

2.1. Estrutura

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo compreende as "atividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado"⁴.

Isolar o conjunto de empresas cuja atividade se enquadra totalmente neste conceito não é linear. Com efeito, uma empresa com forte atividade turística pode ter parte do seu negócio fora deste âmbito⁵. De forma análoga, uma empresa cujo foco primordial não seja o turismo pode exercer uma atividade turística, ainda que a um nível meramente marginal⁶.

Deste modo, não sendo possível isolar a atividade turística de cada empresa através da sua informação económico-financeira, optou-se por definir o setor do *Turismo* por agregação das atividades económicas com maior exposição à atividade turística, tal como definidas na CAE-Rev.3. Neste âmbito, o referido setor compreende os seguintes segmentos de atividade económica⁷:

• Transportes e logística: inclui, por exemplo, o transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros, o transporte aéreo de passageiros e o aluguer de veículos automóveis ligeiros;

- Alojamento e restauração: inclui a generalidade da Secção I – Alojamento, restauração e similares da CAE-Rev.3, com exceção da CAE 56290 – Outras atividades de serviços de refeições; e,
- Atividades recreativas e culturais: compreende, por exemplo, as agências de viagem, operadores turísticos, museus e monumentos históricos, marinas e animação turística.

Em 2013, o setor do *Turismo* compreendia cerca de 49 mil empresas em Portugal, representando 13% do agregado das SNF, 5% do seu volume de negócios e 10% do número de pessoas ao serviço (Quadro 1). Na última década, o peso do setor do *Turismo* no total das empresas não financeiras portuguesas aumentou em todos os indicadores, com destaque para a última variável referida (+2 p.p.).

Por segmentos de atividade económica, em 2013, o "Alojamento e restauração" destaca-se no setor do *Turismo* no que respeita ao número de pessoas ao serviço (75%) e ao número de empresas (71%). Por volume de negócios, os "Transportes e logística" ganham primazia, agregando uma parcela equivalente a 45% do total, que compara com 39% do "Alojamento e restauração" e 16% das "Atividades recreativas e culturais" (Gráfico 1).

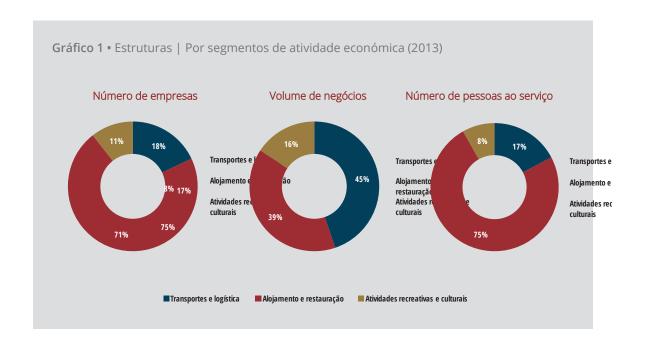
Quadro 1 • Peso do setor do Turismo nas SNF (2003 e 2013)

	Número de empresas		Volume de negócios			de pes- serviço
	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Setor do Turismo	12.5%	12.8%	4.4%	5.4%	8.1%	9.6%
Transportes e logística	2.9%	2.3%	1.5%	2.4%	1.4%	1.7%
Alojamento e restauração	8.7%	9.2%	1.9%	2.1%	6.1%	7.2%
Atividades recreativas e culturais	0.9%	1.4%	0.9%	0.8%	0.6%	0.8%

De uma forma mais desagregada, 53% do volume de negócios dos "Transportes e logística" encontrava-se associado à CAE 51100 – Transportes aéreos de passageiros. No segmento do "Alojamento e restauração", a CAE 55111 – Hotéis com restaurante e a CAE 56101 – Restaurantes tipo tradicional representavam conjuntamente a maior parcela do volume de negócios do segmento (45%). Nas "Atividades recreativas e culturais" destaca-se a CAE 79110 – Atividades das agências de viagem que representava 64% do volume de negócios do respetivo segmento de atividade económica.

Por **classes de dimensão**⁸, as grandes empresas apresentavam em 2013 maior predominância em termos de volume de negócios, quer no setor do *Turismo* (41%), quer no total das SNF (43%) (Quadro 2). À semelhança do que sucede para o total das SNF (89%), a

esmagadora maioria do número de empresas do setor do *Turismo* encontra-se na classe das microempresas (92%). Quanto ao número de pessoas ao serviço, 84% estava concentrado nas pequenas e médias empresas (PME) e microempresas, parcela que supera em 10 p.p. o observado no agregado das SNF. A relevância das empresas de menor dimensão (PME e microempresas) para o número de pessoas ao serviço é mais evidente nos segmentos do "Alojamento e restauração" e das "Atividades recreativas e culturais", correspondendo a 90% e 86% do total, respetivamente (compara com 52% nos "Transportes e logística").





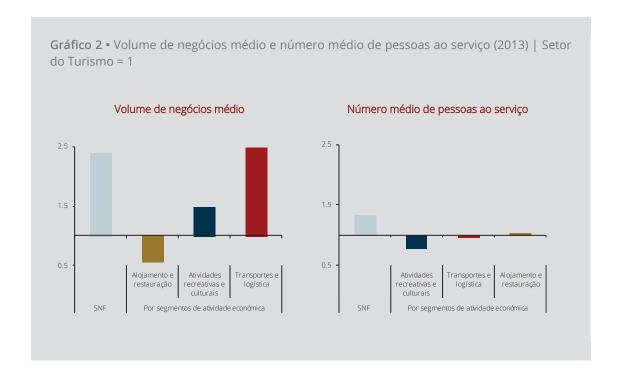
Quadro 2 • Estruturas | Por classes de dimensão (2013)

Indicador	Dimensão	SNF	Setor do Turismo	Transportes e logística	Alojamento e restauração	Atividades recreativas e culturais
	Microempresas	89.4%	91.8%	96.7%	90.3%	93.6%
Número de empresas	Pequenas e médias empresas	10.3%	8.1%	3.0%	9.6%	6.3%
	Grandes empresas	0.2%	0.1%	0.3%	0.1%	0.1%
	Microempresas	15.3%	20.2%	5.5%	34.1%	27.1%
Volume de negócios	Pequenas e médias empresas	41.5%	39.2%	21.0%	52.9%	56.8%
	Grandes empresas	43.2%	40.6%	73.6%	13.0%	16.1%
NIZ	Microempresas	28.0%	40.5%	30.8%	42.8%	39.5%
Número de - pessoas ao serviço -	Pequenas e médias empresas	45.1%	43.0%	21.5%	47.6%	46.8%
	Grandes empresas	26.9%	16.5%	47.7%	9.6%	13.7%

Nota: As células sombreadas identificam as classes de dimensão mais relevantes em cada setor/indicador.

A empresa média do setor do *Turismo* compara negativamente com a das SNF, quer em volume de negócios, quer em emprego (Gráfico 2). Em 2013, a empresa não financeira

média gerava um volume de negócios 2.4 vezes superior ao da empresa média do setor em estudo e tinha um número de pessoas ao serviço 1.3 vezes superior.



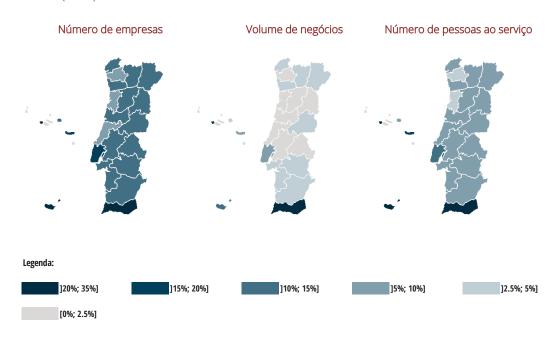
Quanto aos segmentos de atividade económica que constituem o setor do *Turismo*, os "Transportes e logística" destacavam-se dos restantes pelo maior volume de negócios médio gerado (2.5 vezes superior ao registado no setor do *Turismo*). Em número médio de pessoas ao serviço, as "Atividades recreativas e culturais" registavam um número médio de pessoas ao serviço 0.8 vezes inferior ao observado no setor do *Turismo*.

Por **localização geográfica⁹**, em 2013, cerca de 56% das empresas, 79% do volume de negócios e 66% do número de pessoas ao serviço do setor em estudo encontravam-se associadas a empresas sediadas nos distritos de Lisboa, Porto e Faro. Lisboa era o distrito que contribuía de forma mais significativa para a concentração registada, com 33% do núme-

ro de empresas do setor, 60% do volume de negócios e 42% do número de pessoas ao serviço. Por comparação com a distribuição do total das SNF, estes três distritos reuniam +5 p.p. do número de empresas, +17 p.p. do volume de negócios e +9 p.p. do número de pessoas ao serviço.

Ao nível do peso do setor do *Turismo* no tecido empresarial de cada distrito, realce para o Funchal, Faro, Horta, Ponta Delgada e Lisboa. Com efeito, 24% das empresas do distrito do Funchal estavam associadas ao setor em estudo, parcela que representava 23% em Faro, 22% na Horta, 16% em Ponta Delgada e 15% em Lisboa (Figura 1).

Figura 1 • Localização geográfica por distrito | Peso do setor do Turismo no total das SNF do distrito (2013)



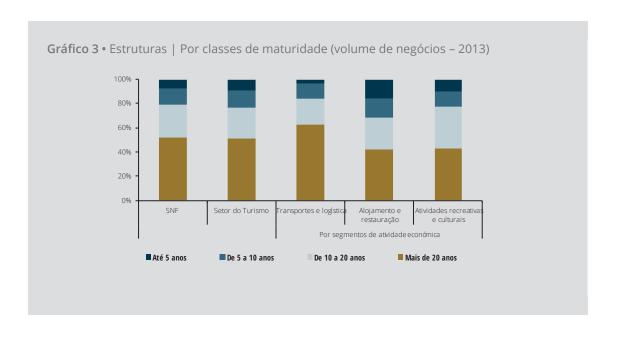
No que respeita à **maturidade das empre- sas**¹⁰, a distribuição do setor do *Turismo* não diferiu substancialmente do agregado das SNF, sendo que se observa uma relação direta entre o peso do volume de negócios e a idade das empresas (Gráfico 3). No setor em estudo, 77% do volume de negócios teve origem em empresas com mais de 10 anos, enquanto as empresas em atividade há menos de 5 anos foram responsáveis por 9%.

Ao nível dos segmentos de atividade, realce para o peso das empresas com menos de 5 anos no "Alojamento e restauração" que representavam, em 2013, 16% do total do segmento (compara com 10% nas "Atividades recreativas e culturais" e 4% nos "Transportes e logística"). No segmento dos "Transportes e logística" as empresas com mais de 20 anos justificavam 63% do volume de negócios total (compara com 43% nas "Atividades recreativas e culturais" e 42% no "Alojamento e restauração").

2.2. Concentração

Em 2013, a quota de mercado das maiores empresas do setor do *Turismo* (10% das empresas) representava 85% do volume de negócios e 63% do número de pessoas ao serviço. Restringindo mais a parcela das maiores empresas, observa-se que 1% das empresas no setor são responsáveis por 64% do volume de negócios total e 32% das pessoas ao serviço (Gráfico 4). O nível de concentração do setor é ligeiramente inferior ao do agregado das SNF, em particular, para o número de pessoas ao serviço.

Considerando os diferentes segmentos de atividade económica, a maior concentração verificava-se no segmento dos "Transportes e logística", onde 10% das maiores empresas eram responsáveis por 98% do volume de negócios do segmento e 77% do número de pessoas ao serviço (90% e 61%, respetivamente, quando limitada a análise a 1% das maiores empresas). O segmento com menor concentração era o do "Alojamento e restauração", com 10% das empresas a deterem 69% do volume de negócios e 58% do pessoal ao serviço.



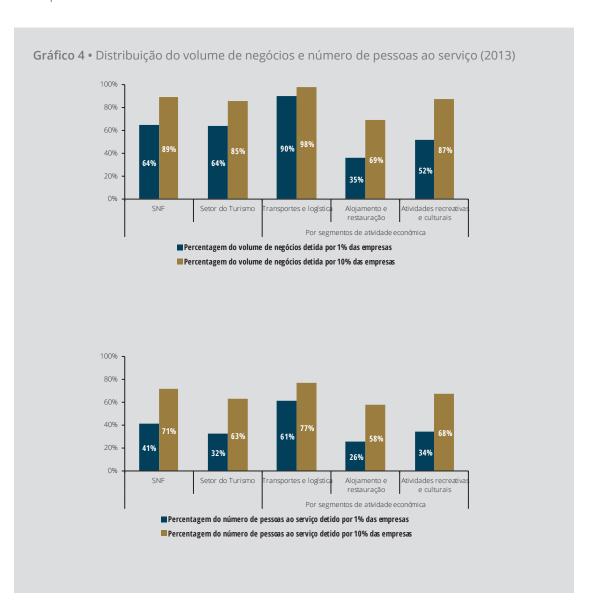
2.3. Dinâmica

O número de empresas em atividade no setor do *Turismo* cresceu 3%, em 2013, superior ao aumento de 2% verificado no agregado das SNF. Em todo o período em análise, a dinâmica deste setor comparou favoravelmente com a exibida pelo conjunto das empresas não financeiras em Portugal (Gráfico 5).

O rácio entre o número de empresas criadas e o número de empresas que cessou atividade no setor do *Turismo* aumentou de 1.03 em 2012 para 1.41 em 2013 (Gráfico 6). Esta situação derivou do aumento da taxa de natalidade e da redução da taxa de mortalidade no último ano, que se situaram em 9% e 7%, respetivamente.

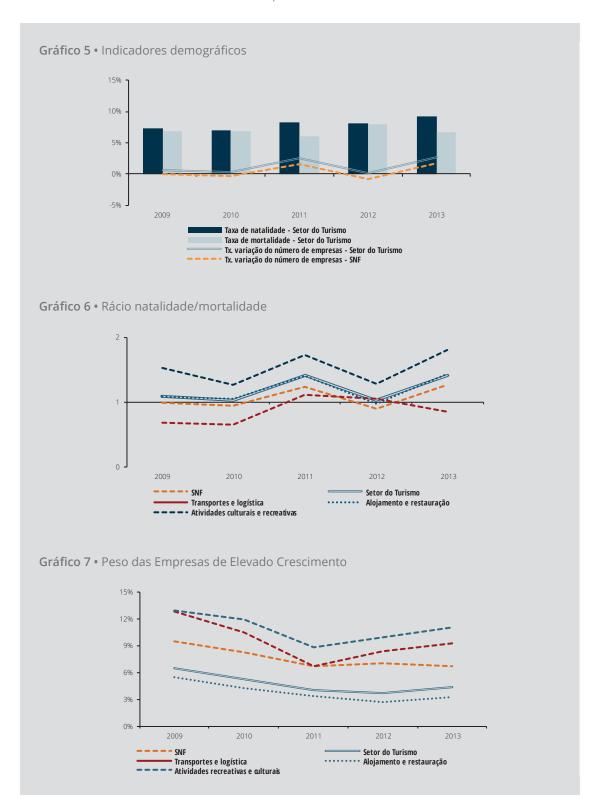
O crescimento no número de empresas no setor do *Turismo* ficou a dever-se ao "Alojamento e restauração" e às "Atividades recreativas e culturais", cujos rácios natalidade/mortalidade se situaram em 1.44 e 1.81, respetivamente (0.98 e 1.29, em 2012). Pelo contrário, os "Transportes e logística" apresentaram um decréscimo do número de empresas, sendo criadas 0.85 empresas por cada uma que cessou atividade (1.05 em 2012).

O maior nível do rácio natalidade/mortalidade das "Atividades recreativas e culturais", ao longo de todo o período em análise, face ao dos restantes segmentos de atividade económica, explica o aumento da importância deste segmento no setor do *Turismo*.



O dinamismo deste segmento de atividade económica é ainda visível ao nível da proporção de Empresas de Elevado Crescimento (EEC)¹¹. Em 2013, 11% das empresas pertencentes às "Atividades recreativas e culturais" apresentaram uma taxa de crescimento médio anual superior a 20%, num período de três anos consecutivos. Este valor era supe-

rior, tanto ao verificado no agregado das SNF (7%), como ao apurado para o total do setor do *Turismo* (4%). Ainda assim, é de salientar que, à semelhança do verificado em todos os agregados em análise, o peso das EEC neste segmento decresceu entre 2009 e 2013 (Gráfico 7).



3. Análise económica e financeira

3.1. Enquadramento

Em 2013, o PIB registou uma redução de 1.4%, em termos reais, depois de uma queda de 3.3% em 2012. Com exceção das exportações (crescimento de 6.4%), todas as principais componentes do PIB tiveram uma evolução negativa (Quadro 3).

O consumo privado registou uma contração de 1.4% (depois de uma queda de 5.2% em 2012), num contexto de ajustamento adicional dos níveis de despesa e endividamento das famílias. O consumo público diminuiu 1.9% (queda de 4.3% em 2012), refletindo essencialmente a redução das despesas com pessoal. A formação bruta de capital fixo recuou 6.3% (queda de 15% em 2012), tendo sido generalizada a todos os setores institucionais.

As importações inverteram a tendência dos dois anos anteriores (-5.8% em 2011 e -6.6% em 2012), tendo crescido 3.6% em 2013.

Apesar da queda anual, a atividade económica registou uma recuperação a partir do segundo trimestre de 2013. Para esta evolução, contribuiu a recuperação da procura interna, em linha com a melhoria da confiança dos consumidores e das empresas, e a manutenção de um contributo significativo das exportações.

Em relação ao primeiro semestre de 2014, os dados publicados pelo INE apontam para um ligeiro crescimento do PIB (0.9%). É de destacar que, com exceção das exportações, as principais componentes do PIB cresceram acima do verificado no período homólogo¹².

Quadro 3 • PIB e principais componentes da despesa | Taxa de variação homóloga real

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (1°. Sem.)
PIB	-3.0%	1.9%	-1.8%	-3.3%	-1.4%	0.9%
Consumo privado	-2.3%	2.4%	-3.6%	-5.2%	-1.4%	1.9%
Consumo público	2.6%	-1.3%	-3.8%	-4.3%	-1.9%	0.1%
Formação bruta de capital fixo	-7.6%	-0.9%	-12.5%	-15.0%	-6.3%	1.6%
Exportações	-10.2%	9.5%	7.0%	3.1%	6.4%	2.7%
Importações	-9.9%	7.8%	-5.8%	-6.6%	3.6%	7.0%

Fonte: INE e Banco de Portugal.

3.2. Atividade e rendibilidade

3.2.1. Volume de negócios

O volume de negócios do setor do *Turismo* cresceu 3% em 2013 (-5% em 2012), comparando de forma positiva com o agregado das SNF onde o crescimento foi quase nulo (0.1%) (Gráfico 8).

O aumento do volume de negócios deveu-se, maioritariamente, à classe de dimensão das PME, a qual registou um acréscimo de 4%. A atividade nas grandes empresas também cresceu (2%), enquanto nas microempresas diminuiu ligeiramente (0.2%). Ao nível dos segmentos de atividade económica, o crescimento do volume de negócios foi generalizado, tendo as maiores variações ocorrido no "Alojamento e restauração" (3%) e nas "Atividades recreativas e culturais" (3%).

Ao analisar os dados individuais observa-se que mais de metade das empresas do setor



do *Turismo* registou quebras do volume de negócios em 2013. Contudo, face ao ano anterior, todos os momentos da distribuição (primeiro quartil, mediana e terceiro quartil) evoluíram positivamente, o que revela uma situação genericamente mais positiva (Gráfico 9).

Por classes de dimensão, mais de metade das microempresas registou um decréscimo do volume de negócios superior a 5% em 2013. Por oposição, a taxa de crescimento do volume de negócios foi positiva para mais de metade das PME e grandes empresas, refletindo uma evolução favorável face a 2012.

As "Atividades recreativas e culturais" foram o segmento que apresentou a maior dispersão de resultados. Por um lado, 25% das empresas aumentou o seu volume de negócios em mais de 32%, por outro, igual proporção de

empresas registou decréscimos superiores a 31%.

No que respeita à repartição do volume de negócios das empresas entre os mercados externo e interno, verifica-se que, pelo quarto ano consecutivo, o mercado externo teve um contributo positivo para a evolução do volume de negócios do setor do *Turismo* (Gráfico 10). O aumento da procura interna teve, pela primeira vez desde 2009, um impacto positivo no setor.

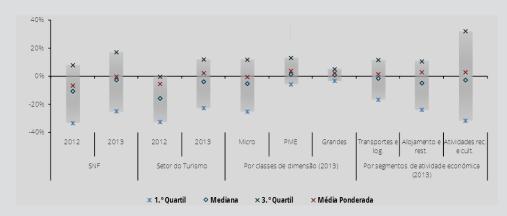
Por classes de dimensão, o volume de negócios gerado no mercado interno contraiu marginalmente nas microempresas, por contraponto com a evolução positiva verificada no mercado externo. Tanto as PME como as grandes empresas verificaram um acréscimo em ambos os mercados.

Gráfico 8 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)





Gráfico 9 • Volume de negócios | Distribuição por quartis e média ponderada da taxa de crescimento anual



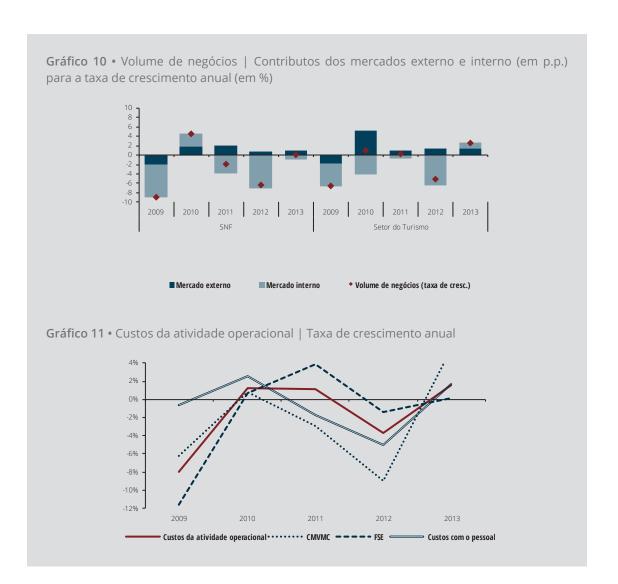
O segmento dos "Transportes e logística" foi o único a decrescer no mercado interno, ainda que marginalmente. O crescimento foi generalizado ao nível do mercado externo, com maior relevo nas "Atividades recreativas e culturais" e "Alojamento e restauração".

3.2.2. Custos da atividade operacional¹³

Em consonância com o aumento do volume de negócios em 2013, os custos da atividade operacional no setor do *Turismo* cresceram 2% (Gráfico 11). A decomposição destes cus-

tos permite verificar que o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) registou o maior crescimento (6%), seguido dos custos com o pessoal (2%). Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram marginalmente face ao ano anterior (0.2%).

Os FSE foram a parcela mais significativa da estrutura de custos do setor do *Turismo* (57%), seguida dos custos com o pessoal (25%). Esta situação difere da que se observa no agregado das SNF, onde o CMVMC assumia primazia ao representar 59% dos custos da atividade operacional (Quadro 4).





Quadro 4 • Custos da atividade operacional | Estrutura (2013)

		SNF	Setor do Turismo
	CMVMC	59.4%	18.3%
Estrutura	FSE	25.6%	57.1%
	Custos com o pessoal	15.0%	24.6%

3.2.3. *EBITDA*¹⁴

A evolução conjugada dos rendimentos e gastos operacionais determinou um crescimento do *EBITDA* de 18% em 2013, superando o crescimento de 12% verificado no agregado das SNF (Gráfico 12).

O *EBITDA* evoluiu de forma positiva em todas as classes de dimensão, enquanto por segmentos de atividade económica a única exceção foi o dos "Transportes e logística". O "Alojamento e restauração" e as "Atividades recreativas e culturais" aumentaram o *EBITDA*, em 2013, pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Os dados microeconómicos revelam que metade das empresas que constituem o setor do *Turismo* apresentou *EBITDA* negativo em 2013 (36% no total das SNF) (Gráfico 13). Ainda assim, face a 2012, houve uma diminuição do peso das empresas nesta situação (-1 p.p. no setor do *Turismo* e -3 p.p. no agregado das SNF).

A informação disponível mostra também que quanto maior a classe de dimensão, menor a proporção de empresas com resultado operacional negativo: 52% nas microempresas, 32% nas PME e 16% nas grandes empresas. Face a 2012, este indicador melhorou 9 p.p. nas grandes empresas, 7 p.p. nas PME e 1 p.p. nas microempresas.

A nível setorial, o "Alojamento e restauração" registou a maior proporção de empresas com *EBITDA* negativo (58%) em 2013, seguido das "Atividades recreativas e culturais" (42%) e dos "Transportes e logística" (27%). Face a 2012, o segmento dos "Transportes e logística" foi o único a verificar um aumento da proporção de empresas nesta situação (2 p.p.), dado que nas "Atividades recreativas e culturais" e no "Alojamento e restauração" verificou-se um decréscimo de 4 p.p. e 2 p.p., respetivamente.

3.2.4. Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios¹⁵ do setor do *Turismo* situou-se em -7% em 2013, tendo, ainda assim, registado uma melhoria de 3 p.p. face a 2012. É de notar que o setor do *Turismo* apresentou rendibilidade negativa em todo o horizonte temporal em estudo. Desta forma, o setor tem comparado negativamente com o agregado das SNF onde, em 2013, a rendibilidade dos capitais próprios se situou em 3%.

A análise da distribuição das rendibilidades individuais das empresas permite constatar que metade do setor do *Turismo* registou uma rendibilidade dos capitais próprios inferior a 0.2% (Gráfico 14). No entanto, face a 2012, observa-se uma melhoria generalizada.

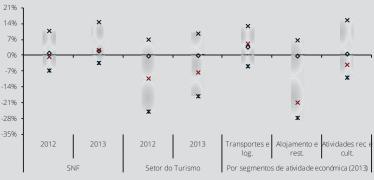
Gráfico 12 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



Gráfico 13 • EBITDA | Peso das empresas com EBITDA negativo (2012 e 2013)



Gráfico 14 • Rendibilidade dos capitais próprios | Distribuição por quartis e média ponderada



***** 1.° Quartil Mediana × 3.° Quartil Média Ponderada



O segmento do "Alojamento e restauração" era o que agregava empresas com menor rendibilidade, com um quarto das empresas a apresentar uma rendibilidade dos capitais próprios inferior a -27%.

Uma análise mais detalhada da rendibilidade, com base na margem operacional (*EBITDA*/Proveitos) e na margem líquida (Resultado Líquido/Proveitos), permite verificar como a rendibilidade operacional é consumida pelos gastos financeiros, impostos e pelas depreciações e amortizações.

Assim, em 2013, a margem operacional no setor do *Turismo* ascendeu a 9%, ou seja, por cada euro de proveitos, as empresas deste setor registavam um ganho operacional de 9 cêntimos. Embora este indicador tenha variado positivamente no último ano (+1 p.p.), ainda se encontrava 3 p.p. abaixo do nível verificado em 2009 (Gráfico 15).

Ao nível da margem líquida, o setor do *Turismo* registou um valor negativo de 4% em 2013, melhorando 1 p.p. face a 2012, mas ainda a um nível inferior ao observado em 2009 (-2 p.p.).

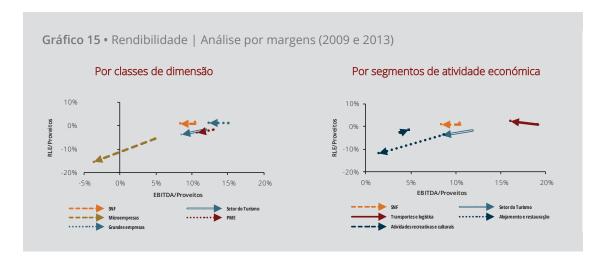
A análise conjugada destes indicadores revela que, embora em termos da atividade operacional o setor apresente uma rendibilidade positiva, quando são tidos em consideração os custos financeiros, contabilísticos (depreciações e amortizações) e fiscais, a sua rendibilidade torna-se negativa. Esta situação contrasta com a do agregado das SNF onde, em

2013, tanto na margem operacional (8%), como na margem líquida (1%) foram registados valores positivos.

Por classe de dimensão, as microempresas apresentaram valores negativos logo ao nível da margem operacional (-4%). Apesar de as grandes empresas e as PME terem exibido valores positivos para a margem operacional (12% e 11%, respetivamente), apenas as primeiras verificaram margem líquida positiva (1%, que compara com -3% nas PME). Face a 2009, destaca-se a evolução negativa da rendibilidade nas microempresas, que inverteram o sinal da margem operacional e, ao nível da margem líquida, sofreram um decréscimo de 10 p.p..

Todos os segmentos de atividade económica que compõem o setor do *Turismo* apresentaram, em 2013, valores positivos para a margem operacional, oscilando entre 1% no "Alojamento e restauração" e 16% nos "Transportes e logística". Ao nível da margem líquida, apenas este último segmento registou valores positivos (3%), dado que no segmento do "Alojamento e restauração" o indicador se situou em -12% e foi marginalmente negativo (-1%) nas "Atividades recreativas e culturais".

Em termos evolutivos, face a 2009, destaca-se o comportamento das "Atividades recreativas e culturais", com melhoria em ambos os indicadores. No caso do "Alojamento e restauração" assistiu-se à evolução oposta, com recuos significativos em ambas as margens.





3.3. Situação financeira

3.3.1. Estrutura financeira

Em 2013, apenas um quarto do total do ativo do setor do *Turismo* era financiado por capitais próprios. No agregado das SNF esta parcela representava 30% (Gráfico 16). Face a 2009, o valor do rácio de autonomia financeira do setor do *Turismo* manteve-se virtualmente inalterado, tendo crescido 2 p.p. nas SNF.

A análise da informação individual mostra que todos os momentos da distribuição diminuíram de valor, o que revela que o indicador se degradou para a generalidade das empresas do setor. Com efeito, entre 2009 e 2013, a mediana da autonomia financeira do setor do *Turismo* sofreu uma redução de 13 p.p., contrariamente ao ligeiro aumento verificado no total das SNF (1 p.p.). Para o ano de 2013 é de

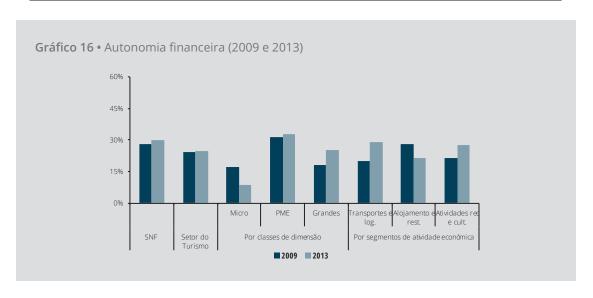
destacar, igualmente, a elevada heterogeneidade do indicador nas empresas do setor do *Turismo* (intervalo interquartil de 137 p.p., que compara com 69 p.p. nas SNF).

A informação disponível permite constatar que a reduzida autonomia financeira no setor do *Turismo* advém, essencialmente, da classe de dimensão das microempresas (8%) e do segmento do "Alojamento e restauração" (21%), que, inclusivamente, agravaram este indicador face a 2009.

De entre as empresas com nível reduzido de capitais próprios, apresentam particular vulnerabilidade as que exibem autonomia financeira negativa (capitais próprios negativos), situação verificada por 45% das empresas do setor do *Turismo* (compara com 29% nas SNF). Entre 2009 e 2013, este indicador sofreu um aumento de 12 p.p. (4 p.p. nas SNF) (Quadro 5).

Quadro 5 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos

		Setor do	Por classes de dimensão			Por segmentos de atividade económica		
Ano	SNF	Turismo	Turismo	Grandes	Transportes e logística	Alojamento e restauração	Atividades recreativas e culturais	
2009	25.3%	33.1%	34.6%	18.3%	13.6%	16.2%	37.8%	32.8%
2013	29.3%	44.7%	46.4%	26.7%	6.3%	20.6%	51.8%	38.3%
2009-13	4.0 p.p.	11.6 p.p.	11.8 p.p.	8.4 p.p.	-7.4 p.p.	4.4 p.p.	14.0 p.p.	5.6 p.p.



Por classes de dimensão, as microempresas registaram o maior número relativo de empresas com capitais próprios negativos (46%), seguidas das PME (27%) e das grandes empresas (6%). De 2009 a 2013, apenas nas grandes empresas se registou um decréscimo deste indicador (7 p.p.).

Neste período, todos os segmentos de atividade económica que compõem o setor do *Turismo* registaram um aumento da proporção de empresas com capitais próprios negativos. Em 2013, mais de metade das empresas do "Alojamento e restauração" apresentou autonomia financeira negativa, tendo sido o segmento que mais contribuiu para o valor do indicador do setor em estudo.

Tendo em consideração o nível reduzido de capitais próprios e a consequente dependência de capital alheio, a análise das principais fontes de financiamento utilizadas por este setor torna-se relevante.

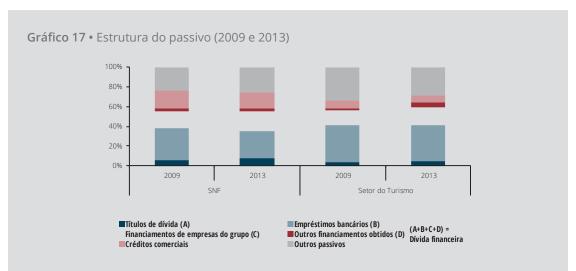
Em 2013, a dívida financeira¹⁶ representava 65% do passivo do setor do *Turismo* (59% nas SNF), enquanto a dívida comercial significava apenas 7% (16% nas SNF) (Gráfico 17). Os títulos de dívida eram a componente do passivo com menor importância no setor em estudo (5%).

A decomposição da dívida financeira revela que, em 2013, os empréstimos bancários¹⁷ (55%) e os financiamentos junto de empresas do grupo (28%) foram as parcelas mais relevantes deste agregado. Esta situação equipara-se à observada no agregado das SNF onde, no entanto, o peso dos empréstimos bancários desce por contrapartida de uma maior relevância dos financiamentos junto de empresas do grupo (47% e 34%, respetivamente).

Face a 2009, a estrutura do financiamento alheio no setor do *Turismo* não se alterou substancialmente, destacando-se a diminuição da exposição bancária (-2 p.p., que compara com -4 p.p. nas SNF) e o aumento dos financiamentos de empresas do grupo (+3 p.p., tal como nas SNF).

Por classes de dimensão, em 2013, as grandes empresas exibiam maior exposição à dívida financeira (72%) do que as PME (64%) e as microempresas (58%). À semelhança do total do setor, os empréstimos bancários foram a componente que mais pesou na dívida financeira de todas as classes de dimensão (72% nas PME, 45% nas grandes empresas e 44% nas microempresas).

No segmento dos "Transportes e logística", a dívida financeira representava 70% do total do passivo, que compara com 63% no "Alojamento e restauração" e 56% nas "Atividades recreativas e culturais". Os empréstimos bancários foram a principal componente da dívida financeira em todos os segmentos de atividade económica, representando 74% nas "Atividades recreativas e culturais", 58% no "Alojamento e restauração" e 48% nos "Transportes e logística".



Nota: A dívida financeira corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, empréstimos junto de empresas do grupo, ou, ainda, outros financiamentos obtidos. Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.



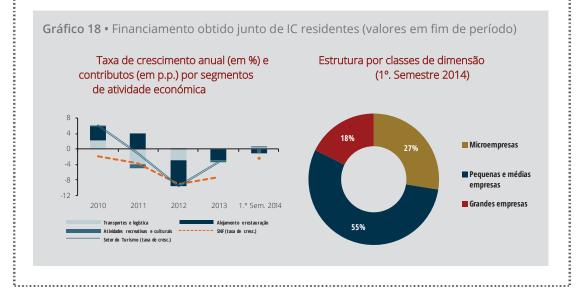
Caixa 1 | Empréstimos bancários

O financiamento obtido através de empréstimos bancários, em 2013, representava 55% da dívida financeira e 36% do passivo do setor do *Turismo*, o que revela uma maior dependência desta fonte de financiamento face ao verificado no agregado das SNF (47% e 28%, respetivamente).

A proporção de empresas do setor em estudo com crédito obtido junto de instituições de crédito residentes (IC)¹⁸ foi de 49% no final de 2013, sendo este valor inferior ao observado no agregado das SNF (58%). Atendendo aos segmentos de atividade económica que compõem o setor do *Turismo*, as "Atividades recreativas e culturais" verificavam a maior proporção de empresas com este tipo de financiamento (56%, que compara com 52% no "Alojamento e restauração" e 32% nos "Transportes e logística").

Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)¹⁹ do Banco de Portugal, é possível analisar de forma mais detalhada os empréstimos obtidos junto de IC em Portugal, com especial incidência na informação mais recente, relativa ao final do primeiro semestre de 2014.

O volume de crédito detido pelo setor do *Turismo*, no final de junho de 2014, representava cerca de 9% do *stock* total dos empréstimos bancários concedidos por IC às empresas em Portugal (1 p.p. acima do verificado em 2009). Por classes de dimensão, as PME e as microempresas detinham, respetivamente, 55% e 27% do total de empréstimos concedidos ao setor do *Turismo*, enquanto as grandes empresas detinham os restantes 18% (Gráfico 18). Por segmentos de atividade económica, o "Alojamento e restauração" era responsável pela maior parcela dos empréstimos (62%), seguido dos "Transportes e logística" (26%) e das "Atividades recreativas e culturais" (12%).





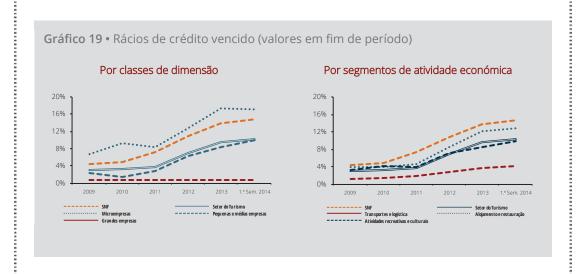
Apesar de se situar em terreno negativo, a evolução do crédito ao setor do *Turismo* compara positivamente com a do agregado das SNF. Após uma redução de 4% em 2013 (redução de 7% nas SNF), este indicador decresceu 1% no primeiro semestre de 2014 (-2% nas SNF). Neste último período, o segmento dos "Transportes e logística" registou mesmo um ligeiro crescimento no crédito obtido através de empréstimos de IC (1%).

Ao nível dos indicadores de incumprimento, o rácio de crédito vencido²⁰ do setor do *Turismo* situou-se em 10%, no final de junho de 2014, comparando positivamente com o agregado das SNF em Portugal (15%), o que de resto se verificou em todo o horizonte temporal analisado (Gráfico 19). O incumprimento tem vindo a aumentar desde 2009 em ambos os agregados, embora a um ritmo inferior no setor do *Turismo* (+7 p.p., que compara com +10 p.p. nas SNF).

O rácio de crédito vencido diverge substancialmente entre classes de dimensão, sendo este indicador superior nas empresas mais pequenas: 17% nas microempresas, 10% nas PME e 1% nas grandes empresas. De notar que as grandes empresas do setor mantiveram sensivelmente o mesmo nível deste indicador desde 2009, enquanto nas microempresas e nas PME se verificou um aumento do rácio de crédito vencido de 10 p.p. e 8 p.p., respetivamente.

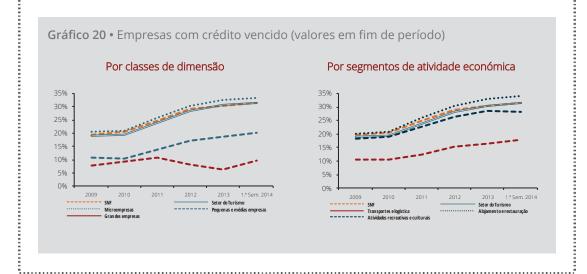
Por segmentos de atividade económica, o "Alojamento e restauração" apresentou um rácio de crédito vencido de 13%, valor superior ao registado nas "Atividades recreativas e culturais" (10%) e nos "Transportes e logística" (4%). Todos os segmentos de atividade económica registaram aumentos consecutivos deste indicador desde o final de 2009, sendo esta situação mais evidente no "Alojamento e restauração" (+9 p.p., que compara com +7 p.p. nas "Atividades recreativas e culturais" e +3 p.p. nos "Transportes e logística").

No final de junho de 2014, cerca de 31% das empresas do setor do *Turismo* com crédito junto de IC residentes apresentavam situações de crédito vencido, valor bastante superior ao que se observava no final de 2009 (19%) (Gráfico 20). Esta evolução foi muito semelhante à observada no conjunto das SNF, onde a proporção de empresas em incumprimento subiu de 20% para 31%.



Ao longo do período em análise, a classe das microempresas apresentou sempre a maior proporção de empresas em incumprimento (33% no final do primeiro semestre de 2014), seguida das PME e das grandes empresas (respetivamente, 20% e 10%). A parcela de empresas com crédito vencido nas microempresas e nas PME registou um crescimento acentuado desde o final de 2009 (+13 p.p. e +9 p.p. respetivamente), enquanto nas grandes empresas este crescimento foi substancialmente inferior (+2 p.p.).

Por segmentos de atividade económica, mais de um terço (34%) das empresas do "Alojamento e restauração" apresentavam situações de crédito vencido em junho de 2014 (aumento de 14 p.p. face a 2009), proporção superior à registada nas "Atividades recreativas e culturais" (28%, 10 p.p. acima do verificado em 2009) e nos "Transportes e logística" (18%, 7 p.p. acima do verificado em 2009).



3.3.2. Custos financeiros e solvabilidade

Dada a relevância da dívida financeira para o setor do *Turismo*, importa analisar os custos associados a esta forma de financiamento e o seu impacto na solvabilidade das empresas.

A análise da informação individual referente a 2013 revela que 62% das empresas do setor do *Turismo* suportaram menos juros do que no ano anterior (63% nas SNF).

A proporção de empresas com diminuição dos juros suportados foi superior nas grandes empresas e microempresas (65% e 63%, respetivamente). Entre segmentos de atividade económica é possível distinguir o segmento dos "Transportes e logística" (69%) com uma parcela superior à dos restantes (Quadro 6).

Quadro 6 • Juros suportados | Percentagem de empresas por variação da taxa de crescimento dos juros (2012-2013)

Juros		Setor do	Por cla	sses de di	mensão	Por segmentos de atividade económica		
suportados (2012-13)	SNF	SNF Turismo		PME	Grandes	Transportes e logística	Alojamento e restauração	Atividades recreativas e culturais
Diminuição dos juros	63.1%	62.0%	62.9%	57.4%	64.9%	68.6%	61.2%	60.2%
Aumento dos juros	36.9%	38.0%	37.1%	42.6%	35.1%	31.4%	38.8%	39.8%

O nível de pressão financeira sobre o setor do *Turismo*, avaliado pelo peso dos juros suportados no *EBITDA*, diminuiu 6 p.p. face a 2012, tendo-se situado em 40%. Esta melhoria resultou, essencialmente, do crescimento do *EBIT-DA* em 2013. Ainda assim, o setor do *Turismo* manteve um nível de pressão financeira superior à do agregado das SNF (30%).

Não obstante a melhoria no indicador médio, a informação individual referente a 2013 mostra que 55% das empresas do setor em análise não geraram *EBITDA* suficiente para suportar os juros resultantes da sua dívida financeira. Este valor supera substancialmente o observado no agregado das SNF (36%), evi-

denciando uma parcela superior de empresas com elevada pressão financeira a operar no setor do *Turismo* (Quadro 7).

A pressão financeira foi particularmente elevada nas microempresas e no segmento do "Alojamento e restauração", com a percentagem de empresas com juros superiores ao *EBITDA* a rondar os 60%. Pelo contrário, as grandes empresas e o segmento dos "Transportes e logística" detinham a parcela mais reduzida de empresas nesta situação (20% e 26%, respetivamente).



Quadro 7 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por níveis de performance no indicador (2013)

Pressão		C-+	imo		mensão	Pors	egmentos de ativi económica	dade
financeira (Juros/EBITDA)	SNF	Setor do Turismo			Grandes	Transportes e logística	Alojamento e restauração	Atividades recreativas e culturais
Até 0.5	58.8%	41.7%	38.4%	60.0%	75.0%	70.2%	35.2%	54.6%
De 0.5 a 1	5.1%	3.3%	2.9%	5.0%	5.0%	3.9%	2.9%	4.9%
Maior que 1	36.0%	55.0%	58.7%	35.0%	20.0%	25.8%	61.9%	40.6%

Nota: A classe "Maior que 1" inclui as empresas com EBITDA negativo.

3.3.3. Financiamento por dívida comercial

Em 2013, o financiamento por dívida comercial representava 7% do passivo do setor do *Turismo* (1 p.p. abaixo do valor de 2009). No agregado das SNF, esta componente representava 16% (menos 2 p.p. do que em 2009).

No último ano, os prazos médios de recebimentos e de pagamentos no setor do *Turismo* foram de 30 e 56 dias, respetivamente. Ambos os valores se situaram abaixo dos registados pelo total das SNF em igual período (76 e 79 dias, respetivamente). Face a 2012, enquanto o setor do *Turismo* registou uma redução de 4 dias no prazo médio de recebimentos e aumentou em 1 dia o prazo médio de pagamentos, as SNF registaram uma diminuição em ambos os indicadores (1 e 3 dias, respetivamente).

Por classes de dimensão, as microempresas registaram o prazo médio de pagamentos mais elevado (71 dias) e as grandes empresas o menor prazo médio de recebimentos (16 dias). Ao nível dos segmentos de atividade económica, o "Alojamento e restauração" registou simultaneamente o maior prazo médio de pagamentos e o menor prazo médio de recebimentos (73 dias e 21 dias, respetivamente).

Os prazos médios fornecem uma indicação do desfasamento temporal associado aos rece-

bimentos e aos pagamentos das dívidas que decorrem da atividade operacional das empresas. No entanto, não permitem aferir o grau de endividamento das empresas por essa via. Assim, é necessário complementar esta análise com um indicador líquido do financiamento por dívida comercial.

O financiamento líquido por dívida comercial relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios (Gráfico 21). Um valor negativo implica a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, significando que globalmente a empresa está a financiar os seus clientes; um valor positivo implica que o setor dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, está a obter financiamento através dos seus fornecedores.

Entre 2009 e 2013, o financiamento líquido por dívida comercial no setor do *Turismo* foi sempre positivo, contrastando com o valor sistematicamente negativo registado no agregado das SNF. Em 2013, este indicador no setor do *Turismo* superava o das SNF em 6 p.p..

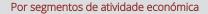
Para o último ano, a análise por classes de dimensão evidencia que as microempresas registaram um saldo positivo de 8%, comparando favoravelmente com o saldo de 2% nas grandes empresas e um valor marginalmente positivo das PME.

Ao nível dos segmentos de atividade económica, o "Alojamento e restauração" verificou um financiamento líquido por dívida comercial positivo (8%), tendo obtido um maior volume de crédito junto dos seus fornecedores face ao que concedeu aos seus clientes. Por sua vez, enquanto as "Atividades recreativas e cul-

turais" registaram um valor negativo neste indicador em todo o horizonte temporal (-5% em 2013), verificou-se uma inversão do saldo dos "Transportes e logística", que registaram em 2013, pela primeira vez em todo o período analisado, um saldo marginalmente positivo.

Gráfico 21 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios







Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).



Caixa 2 | A relevância do Turismo na Balança de Pagamentos portuguesa

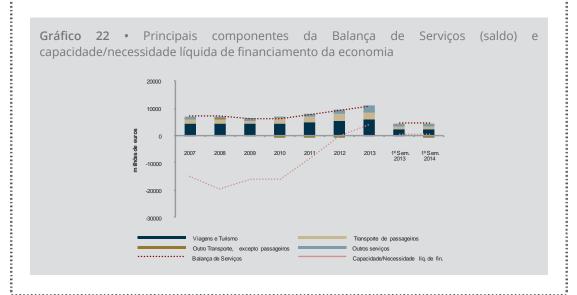
Nesta Caixa são apresentados os principais destaques sobre turismo a partir das estatísticas da balança de pagamentos²¹. Genericamente, os resultados apresentados permitem comprovar a relevância do turismo internacional na economia Portuguesa.

As estatísticas da balança de pagamentos permitem uma análise da atividade turística internacional, ou seja, tendo em consideração as despesas em bens²² e serviços dos viajantes²³ estrangeiros em Portugal e dos viajantes portugueses no estrangeiro²⁴. Complementarmente, a rubrica "Transporte de passageiros" permite aferir ainda a componente do transporte internacional de passageiros.

As rubricas "Viagens e turismo" e "Transporte de passageiros" são ambas componentes da balança de serviços. Pese embora não seja possível efetuar, a partir das estatísticas da balança de pagamentos, uma avaliação das despesas turísticas por categorias de bens ou serviços, nem por setores de atividade económica dos seus fornecedores, é evidente que, para além do setor dos transportes (avaliado, na parte relativa ao transporte internacional, através da rubrica "Transporte de passageiros"), a atividade turística internacional tem impacto direto num conjunto muito diversificado de setores de atividade económica, com destaque para o alojamento e restauração, as agências de viagens e operadores turísticos, as atividades recreativas e culturais e o comércio.

Em Portugal, o excedente estrutural da balança de serviços deve-se, essencialmente, à rubrica "Viagens e turismo" (60% do saldo da balança de serviços ao longo dos últimos anos). Em conjunto com a rubrica "Transporte de passageiros", o peso na balança de serviços ascende a mais de 80% (Gráfico 22).

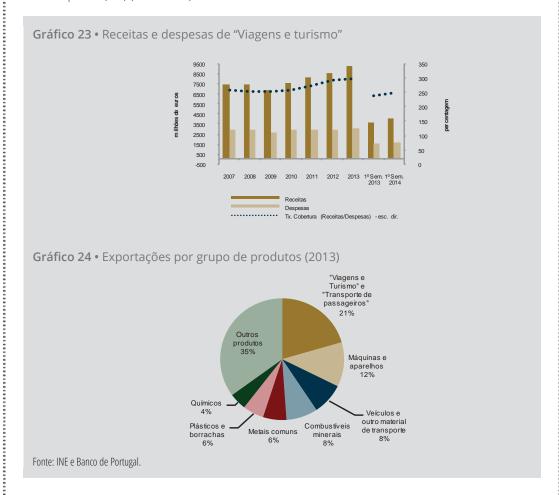
Em termos líquidos, a atividade turística internacional tem contribuído para a redução das necessidades de financiamento da economia Portuguesa (aumento da capacidade de financiamento desde 2012), avaliada em termos do défice conjunto das balanças corrente e de capital. Efetivamente, em Portugal, o turismo internacional representa uma fonte de criação de recursos sobre o exterior.



Pese embora o dinamismo das importações, a importância da rubrica "Viagens e turismo" advém, sobretudo, da maior expansão das exportações de turismo²⁵. As receitas de "Viagens e turismo", que em 2013 ascenderam a 9.2 mil milhões de euros, cresceram 7.5% face ao ano anterior. No primeiro semestre de 2014, esse crescimento foi de 10.4%, em termos homólogos. As importações de "Viagens e turismo", no valor total de 3.1 mil milhões de euros em 2013, verificaram naquele ano uma recuperação significativa (5.9%), depois de uma ligeira diminuição de 0.9% no ano anterior. No primeiro semestre de 2014 as importações de "Viagens e turismo" cresceram igualmente 5.9%. Em termos relativos, em 2013 as exportações registadas em "Viagens e turismo" representavam o triplo das importações (Gráfico 23).

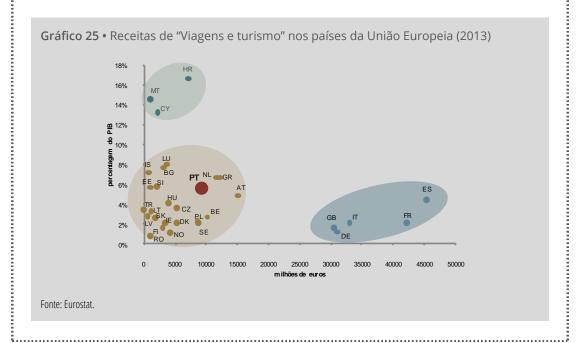
De acordo com a informação da balança de pagamentos, os principais mercados emissores de receitas turísticas para Portugal em 2013 foram a França, o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha, sendo igualmente de destacar o aumento registado nas receitas provenientes dos Estados Unidos (21% face ao ano anterior). Relativamente aos mercados recetores de despesa turística de Portugal, verificou-se, à semelhança do ano anterior, uma diminuição de 11.8% em relação ao Brasil, enquanto a Espanha, a França, o Reino Unido e a Alemanha se mantiveram como principais países de destino dessa despesa.

Avaliado em termos dos principais agregados comerciais da balança de pagamentos Portuguesa, o turismo internacional ("Viagens e turismo" e "Transporte de passageiros") representa quase 60% das exportações de serviços e cerca de 18% das exportações de bens e serviços (balança comercial). Por categorias de produtos, o turismo representa o produto nacional mais exportado (21%, em 2013), seguido das "máquinas e aparelhos" (12%) e dos "veículos e outro material de transporte" (8%) (Gráfico 24).



Em termos do PIB, o peso das receitas de "Viagens e turismo" ascendeu a 6% em 2013. Por comparação com os restantes países da União Europeia, Portugal encontra-se na 10.ª posição, relativamente a este indicador. Os países da União Europeia com maiores pesos relativos das exportações de "Viagens e turismo" no PIB foram, em 2013, a Croácia, Malta e Chipre, com 17%, 15% e 13%, respetivamente. Em termos nominais, os países com maiores receitas de "Viagens e turismo" em 2013 foram a Espanha, a França e a Itália. De acordo com este critério, Portugal ocupa a 11.ª posição no ranking dos países da União Europeia (Gráfico 25).

.....



Notas

- 1. A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e 2/2013 *Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços Notas metodológicas*, bem como a publicação Estudos da Central de Balanços | 6 *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, de dezembro de 2011.
- 2. O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. A série em estudo (2009-2013) tem subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste *Estudo* para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios).
- 3. Por uma questão de simplificação utilizam-se neste *Estudo* as expressões "empresa" e "sociedade" de forma indiferenciada, sendo que ambas se referem às SNF definidas na Nota 2.
- 4. Turismo de Portugal, "Conceitos Estatísticos Turismo". Conteúdo disponível em www.turismodeportugal.pt.

- 5. Tome-se, como exemplo, um restaurante na baixa de Lisboa que pode ter como principais clientes os turistas que visitam a cidade mas, ainda assim, uma parte do negócio será sempre realizado com residentes em Portugal.
- 6. Esta situação é visível, por exemplo, em muitas empresas dos setores do comércio, da saúde e do ensino superior.
- 7. No Anexo são detalhados os setores da CAE-Rev.3 incluídos no conceito de setor do *Turismo* utilizado neste Estudo.
- 8. A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste Estudo encontra-se detalhada em Anexo.
- 9. A localização geográfica refere-se ao distrito de localização da sede da empresa.
- 10. A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 5 a 10 anos (exclusive); de 10 a 20 anos (exclusive); e 20 anos ou mais.
- 11. Como definido no Eurostat *OECD Manual on Business Demography Statistics*, as empresas de elevado crescimento caraterizam-se por terem uma taxa de crescimento média anual superior a 20%, num período de três anos consecutivos. Considerou-se o volume de negócios como variável para o cálculo da taxa. Para mais informação deve ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 12 *Estrutura e Dinâmica das SNF 2006-2012, de novembro de 2013.*
- 12. Para mais informações acerca da evolução da atividade económica em Portugal deve ser consultado o *Relatório do Conselho de Administração A Economia Portuguesa*, bem como o *Boletim Económico*, divulgado trimestralmente. Ambas as publicações encontram-se disponíveis em www.bportugal.pt.
- 13. O agregado "custos da atividade operacional", calculado a partir da soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) com os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Custos com o Pessoal, corresponde, grosso modo, ao conceito de "custos operacionais" do Plano Oficial de Contabilidade (POC, normativo contabilístico de base às contas das empresas até 2009).
- 14. *EBITDA*, que representa a sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, é entendido como o resultado do exercício acrescido dos custos registados por conta de juros, impostos, depreciações e amortizações.
- 15. Calculada através do rácio entre o resultado líquido do exercício (RLE) e os capitais próprios, esta rendibilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.
- 16. A dívida financeira corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de divida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras e empréstimos junto de empresas do grupo.
- 17. A "Caixa 1 | Empréstimos Bancários" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.
- 18. Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por "bancos" neste *Estudo*), bem como instituições financeiras de crédito, sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. De notar que, em 2013, mais de 95% do crédito concedido por instituições de crédito residentes a SNF teve origem em bancos.
- 19. A Central de Responsabilidades de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação pode ser consultado o Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, *Central de Responsabilidades de Crédito*.
- 20. O rácio de crédito vencido é calculado como a proporção de crédito vencido no total do crédito concedido. O crédito considera-se vencido, no que respeita ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o seu pagamento deveria ter sido efetuado.
- 21. As estatísticas da balança de pagamentos de Portugal são compiladas pelo Banco de Portugal.
- 22. Contrariamente às restantes rubricas da balança de serviços, em que o registo obedece à natureza do serviço subjacente, o registo em "Viagens e turismo" depende basicamente das caraterísticas de quem realiza a despesa (viajante, durante visitas inferiores a um ano).
- 23. Durante visitas inferiores a um ano. Inclui a componente de turismo de negócios.
- 24. Os resultados apurados para a rubrica "Viagens e turismo" da balança de pagamentos podem não coincidir com os que são compilados no âmbito de outras estatísticas sobre despesas internacionais de turismo, devido a diferenças de natureza conceptual, designadamente sobre a definição de turista/viajante e sobre o tipo de transações cobertas. A título de exemplo refira-se que, por oposição a outras estatísticas, em "Viagens e turismo" incluem-se as despesas dos trabalhadores sazonais e de fronteira e as transações que não implicam uma compensação monetária (despesas imputadas relativamente a ofertas e utilização de segunda casa no país de destino, por exemplo).
- 25. Na perspetiva da balança de pagamentos portuguesa, as receitas de "Viagens e turismo" correspondem a exportações da economia portuguesa e incluem as despesas em bens e serviços efetuadas em Portugal por viajantes não residentes durante visitas inferiores a um ano, enquanto as despesas de "Viagens e turismo", que representam as importações, correspondem às despesas em bens e serviços efetuadas no exterior por residentes em Portugal, durante visitas inferiores a um ano.





ANEXO

Principais indicadores do Setor do Turismo

Síntese metodológica



ANEXO • Principais indicadores do setor do Turismo (2013)

	Caraterizaç	Caraterização do setor	Atividade	lade				Financiamento				Rendibilidade
	Volume de	Volume de negócios deti-	Taxas de crescimento	escimento	e imonoting	Taxas de cı	Taxas de crescimento	Financiamento Iíquido por	Peso dos juros	Empréstimos ob residente	Empréstimos obtidos junto de IC residentes (jun-14)	Rendibilidade
	do por grandes empresas	do pelas maio- res empresas (TOP 10%)	Volume de negócios	EBITDA	financeira	Créditos comerciais	Empréstimos bancários	dívida comer- cial (% volume de negócios)	suportados no EBITDA	% Empresas com crédito vencido	Rácio de crédito vencido	dos capitais próprios
SNF	43%	%68	0.1%	12%	30%	%E-	%8-	-4%	30%	31%	15%	3%
Setor do Turismo	41%	85%	3%	18%	25%	3%	- 7%	2%	40%	31%	10%	-7%
Transportes e logística	74%	%86	2%	-1%	79%	16%	-7%	0.1%	19%	18%	4%	2%
Alojamento e restauração	13%	%69	3%	1	21%	1%	-8%	8%	303%	34%	13%	-21%
Atividades recreati- vas e culturais	16%	87%	3%	82%	28%	-11%	2%	-5%	37%	28%	10%	-4%

Peso do setor do Turismo

soas ao serviço	2013	10%
Número de pessoas ao serviço	2003	%8
gócios	2013	9%
Volume de negócios	2003	4%
resas	2013	13%
Número de empresas	2003	12%
		SNF



Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação são classificadas microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caraterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e maior que 10 e um volume de negócios anual entre 2 e 50 milhões de euros ou um balanço total anual entre 2 e 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25% da amostra ordenada (i.e., em que 25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, havendo então metade das empresas com valor superior e também metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25% têm valor superior). O intervalo interquartis (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 6 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística, dezembro de 2011.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. O novo normativo contabilístico (SNC) eliminou o conceito de custos e proveitos extraordinários, assim como deixou de permitir a identificação inequívoca das componentes financeiras. Como tal, optou-se por adotar o conceito de EBITDA definido pelo SNC, ajustando, tanto quanto possível, os dados reportados de acordo com o anterior normativo contabilístico (POC), referentes ao período 2006-2009.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numerador e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, ao nível individual, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Foram excluídas da presente análise, no que ao conjunto das SNF diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – Atividades Financeiras e de Seguros, O – Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais da CAE-Rev.3, por não se incluírem no setor institucional das SNF.

Setor do *Turismo*: O Quadro A1 apresenta detalhe adicional ao nível das subclasses que constituem o setor do *Turismo* considerado no âmbito do presente *Estudo*.

Quadro A1 • Composição do setor do Turismo

Segmento de atividade económica	CAE (Rev.3)	Designação
	49320	Transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros
	49392	Outros transportes terrestres de passageiros, n.e.
	50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
	50102	Transportes costeiros e locais de passageiros
	50300	Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores
Transportes e	51100	Transportes aéreos de passageiros
logística	52213	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres
	52220	Atividades auxiliares dos transportes por água
	52230	Atividades auxiliares dos transportes aéreos
	77110	Aluguer de veículos automóveis ligeiros
	77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial
	77350	Aluguer de meios de transporte aéreo



Quadro A1 • Composição do setor do Turismo (continuação)

Segmento de atividade económica	CAE (Rev.3)	Designação
	55111	Hotéis com restaurante
	55112	Pensões com restaurante
	55113	Estalagens com restaurante
	55114	Pousadas com restaurante
	55115	Motéis com restaurante
	55116	Hotéis-apartamentos com restaurante
	55117	Aldeamentos turísticos com restaurante
	55118	Apartamentos turísticos com restaurante
	55119	Outros estabelecimentos hoteleiros com restaurante
	55121	Hotéis sem restaurante
	55122	Pensões sem restaurante
	55123	Apartamentos turísticos sem restaurante
	55124	Outros estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
	55201	Alojamento mobilado para turistas
	55202	Turismo no espaço rural
Alojamento e	55203	Colónias e campos de férias
restauração	55204	Outros locais de alojamento de curta duração
	55300	Parques de campismo e de caravanismo
	55900	Outros locais de alojamento
	56101	Restaurantes (inclui atividades de restauração em meios móveis)
	56102	Restaurantes com lugar ao balcão
	56103	Restaurantes sem serviço de mesa
	56104	Restaurantes típicos
	56105	Restaurantes com espaço de dança
	56106	Confeção de refeições prontas a levar para casa
	56107	Restaurantes, n.e.
	56210	Fornecimento de refeições para eventos
	56301	Cafés
	56302	Bares
	56303	Pastelarias e casas de chá
	56304	Outros estabelecimentos de bebidas sem espetáculo
	56305	Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança

Quadro A1 • Composição do setor do Turismo (continuação)

Segmento de atividade económica	CAE (Rev.3)	Designação
	79110	Atividades das agências de viagem
	79120	Atividades dos operadores turísticos
	79900	Outros serviços de reservas e atividades relacionadas
	86905	Atividades termais
	90010	Atividades das artes do espetáculo
	90020	Atividades de apoio às artes do espetáculo
	90040	Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas
Atividades	91020	Atividades dos museus
recreativas e	91030	Atividades dos sítios e monumentos históricos
culturais	91041	Atividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários
	91042	Atividades dos parques e reservas naturais
	93110	Gestão de instalações desportivas
	93210	Atividades dos parques de diversão e temáticos
	93292	Atividades dos portos de recreio (marinas)
	93293	Organização de atividades de animação turística
	93294	Outras atividades de diversão e recreativa, n.e.
	96040	Atividades de bem-estar físico



Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CRC	Central de Responsabilidades de Crédito
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
EEC	Empresas de Elevado Crescimento
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IC	Instituições de Crédito Residentes
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (exclui as microempresas)
RLE	Resultado Líquido do Exercício
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNF	Sociedades Não Financeiras



Referências

Banco de Portugal (2008), *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de maio de 2008.

 $\underline{http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Paginas/SuplementosaoBoletimEstatistico.aspx}$

Banco de Portugal (2011), *Central de Responsabilidades de Crédito*, Cadernos do Banco de Portugal n.º 5, maio de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoeseIntervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Paginas/CadernosdoBanco.aspx

Banco de Portugal (2011), *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Norma-lização Contabilística*, Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2013), Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2006-2013, Estudos da Central de Balanços | 12, novembro de 2013.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2013), *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2012-2013*, Estudos da Central de Balanços | 13, novembro de 2013.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2014), *Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa*, abril de 2014

http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoeseIntervencoes/Banco/RelatConselhoAdministracao/Paginas/default.aspx

Banco de Portugal (2014), Boletim Económico, outubro de 2014.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx

Turismo de Portugal (2008), "Conceitos Estatísticos Turismo".

http://www.Turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/conceitosenomenclaturas/Documents/Conceitos%20Estatisticos%20para%20Turismo.pdf

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativa à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.



Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014